



# HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional  
de História-ANPUH

Organizadores  
Ismênia de Lima Martins  
Rodrigo Patto Sá Motta  
Zilda Gricoli Iokoi

# HISTÓRIA E CIDADANIA

**XIX Simpósio Nacional da ANPUH**  
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

**vol. II**

**ANPUH**  
*Humanitas*  
PUBLICAÇÕES  
#FLCH/USP

1998

# Maçonaria brasileira e sociabilidade ilustrada (1870-1890)

Alexandre Mansur Barata  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**N**os últimos anos, o crescente diálogo travado entre a história e as outras ciências sociais, particularmente a ciência política, a sociologia, a lingüística e a antropologia, contribuiu para que a dimensão política voltasse a ocupar um espaço fundamental nos estudos históricos, num processo que René Rémond chamou de “renascimento da história política”<sup>1</sup>.

O retorno dos estudos políticos, após anos de domínio quase exclusivo da história social e econômica, não deve ser entendido como uma volta ao velho enfoque “positivista”, marcado por uma perspectiva elitista e factualista que prevaleceu no século XIX e início do século XX. O que marca efetivamente as novas pesquisas em história política é a busca de novas abordagens metodológicas e de novos enfoques teóricos.

Segundo Angela de Castro Gomes, a revitalização dos estudos de história política associa-se às mudanças teóricas por que passam as ciências sociais de forma geral, expressas na crise dos paradigmas estruturalistas então vigentes: o marxista, o funcionalista e também o de uma vertente da escola dos Annales. A recusa a explicações determinísticas, metodologicamente quantitativistas e marcadas pela presença de atores coletivos abstratos, não localizáveis no tempo e no espaço, teria forçado as ciências humanas

a rever suas ambições totalizadoras e suas explicações racionalistas/materialistas. Dessa forma, a história política não só não é redutível a um reflexo superestrutural do econômico, como goza de relativa autonomia, sendo espaço influenciador da dinâmica global da realidade<sup>2</sup>.

Emergem, assim, pesquisas direcionadas para o estudo do comportamento eleitoral, do funcionamento dos grupos de pressão, da opinião pública, de cultura e do imaginário político, dentre outros.

É, portanto, neste contexto de renovação historiográfica e de crescimento dos estudos políticos – e, particularmente de cultura política – que as reflexões desta exposição se inserem. Nosso objetivo é repensar a atuação da instituição maçônica no final do século XIX no Brasil, período marcado pelos grandes debates que procuravam estruturar uma nova identidade nacional, tentando compreender a especificidade da “sociabilidade” proporcionada pelas lojas maçônicas e procurando dimensionar a força do seu ideário e os mecanismos de ação dos maçons.

A utilização da noção “sociabilidade”, como vem sendo trabalhada por historiadores como M. Agulhon<sup>3</sup> e Jean-François Sirinelli<sup>4</sup>, possibilita um exame extremamente rico da trajetória dos maçons e da atuação da Maçonaria brasileira, pois permite analisar esta instituição tendo em vista duas dimensões: a dimensão do *discurso*, ou *simbólica*, e a dimensão da organização. Dessa forma, a recuperação do “espaço social” construído pelos maçons torna-se um poderoso instrumento de entendimento do processo de produção e circulação das idéias. Para Sirinelli, “a palavra sociabilidade reveste-se (...) de uma dupla acepção, ao mesmo tempo redes que estruturam e microclima que caracteriza um microcosmo intelectual particular”. Ou seja, o espaço de sociabilidade é, ao mesmo tempo, “geográfico” e “afetivo”, pois ao estabelecer relações de adesão e/ou de rejeição, acaba por criar uma certa “sensibilidade ideológica”<sup>5</sup>.

Entretanto, estudar a atuação da instituição maçônica é se aventurar em terreno pantanoso, embora extremamente rico. O próprio caráter secreto, a existência de vocabulário específico, de rituais e de um simbolismo peculiar são, efetivamente, barreiras que devem ser transpostas pelo historiador. Acrescenta-se a isto o reduzido número de estudos acadêmicos sobre o tema, especialmente no Brasil<sup>6</sup>.

Outro problema que merece grande atenção por parte do historiador é a complexidade da estrutura maçônica revelada através da pesquisa empírica, que rompe de forma definitiva com o senso comum que percebe a Maçonaria enquanto uma instituição monolítica e unitária. Na realidade, além das especificidades nacionais, o que se descobre é uma Maçonaria marcada por algumas cisões internas.

#### MAÇONARIA E SOCIABILIDADE ILUSTRADA

A maioria dos historiadores não é unânime quando se trata de analisar as origens da instituição maçônica. Todavia, grande parte deles concordam que as feições da Maçonaria moderna ou “especulativa” remontam ao final do século XVII e início do século XVIII na Inglaterra. De forma específica, tomam o ano de 1717 como marco de origem tendo em vista a fundação da Grande Loja de Londres<sup>7</sup>.

Se a Maçonaria moderna nasceu na Inglaterra, foi na França, no decorrer do século XVIII, que ela atingiu sua plenitude como organização. A dimensão assumida pela atividade maçônica, na França do século XVIII, impõe a necessidade de se discutir a relação existente entre a Maçonaria e a Ilustração, movimento no qual se afirmam as principais categorias da sensibilidade intelectual do século XVIII: cultura, civilização, progresso e educação da humanidade<sup>8</sup>.

Segundo Maurice Agulhon, em *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence*, no século XVIII ocorreu uma identificação entre “sociabilidade” e “civilização”, expressa no crescimento do

número de salões, de cafés, de clubes, de academias. É a partir da constatação desse “novo” comportamento que Agulhon passa a nortear suas pesquisas sobre a estruturação dos vários elementos que compunham a vida coletiva masculina, sobretudo no sul da França, das confrarias religiosas até as lojas maçônicas. Para ele, a Maçonaria era a instância mais conhecida e mais bem estruturada dessa nova sociabilidade, que poderia ser considerada liberal, na medida em que veiculava as idéias da Ilustração, e também porque sua existência se baseava no caráter associativo voluntário e livre<sup>9</sup>.

Por sua vez, Koselleck<sup>10</sup>, historiador alemão, amplia os contornos da discussão ao defender que, dentro do Estado Absoluto, as lojas maçônicas, envoltas no véu do segredo, representavam a formação típica de um “poder indireto”, exercido pela nova burguesia. Apesar da evocação de mitos e mistérios antigos e do desenvolvimento de uma hierarquia própria, a Maçonaria não se enquadrava nos cânones de uma sociedade religiosa. Ela representava um tipo de organização particular à nova sociedade civil. Nas lojas maçônicas, e através delas, a burguesia articulava uma forma social própria, vivendo de acordo com suas “próprias” leis.

Esse “poder indireto” que Koselleck vislumbra concretizava-se na Maçonaria na medida em que uma das formas de oposição dessa burguesia à ordem social estabelecida, durante o Antigo Regime, era a prática da igualdade social no interior das lojas, inclusive com a possibilidade de ingresso de membros da nobreza.

Contudo, essa verdadeira liberdade civil praticada no interior das lojas maçônicas dentro do contexto do Antigo Regime só era possível sob a proteção do segredo. Koselleck propõe que a função protetora do segredo relaciona-se à necessidade da Maçonaria de separar as esferas da moral e da política. Para a Maçonaria, a ação moral se realizava no compromisso de abarcar em seu seio toda a humanidade, ou melhor, unir o mundo burguês de forma mais original à sociedade. O segredo criava um novo gênero de comunidade, onde o “mistério” era o cimento da fraternidade e uma forma de educação moral. Tal educação era forjada exatamente

no compromisso fundamental de guardar o segredo, na medida em que o silêncio era a base deste tipo de sociedade. Ao rejeitar a realidade política externa, por considerá-la a negação da posição moral interna do mundo das lojas, a Maçonaria assumia uma ação política indireta. Portanto, para Koselleck, a função principal do secreto era dissimular as conseqüências políticas que resultavam dos procedimentos morais de oposição ao Estado Absoluto<sup>11</sup>.

Parece claro que os autores mencionados têm, como ponto central de suas análises, a percepção da atuação da Maçonaria como uma “sociedade de pensamento” profundamente vinculada à nova sociabilidade pré-democrática que se consolidava na França do século XVIII.

Entretanto, é preciso atentar e se aprofundar nos aspectos que singularizavam a Maçonaria enquanto uma instância dessa nova sociabilidade. Além do caráter secreto, a Maçonaria se distinguia de outras instituições, como academias e clubes, destinadas à discussão e difusão das idéias vinculadas ao movimento ilustrado, por ser uma sociedade iniciática, marcada por uma rígida hierarquia (toda dividida em graus) e por rituais profundamente influenciados pelo esoterismo.

Desta forma, torna-se evidente que a Maçonaria, instituição fundamental dentro da perspectiva da sociabilidade ilustrada, que possui princípios básicos na defesa da liberdade de pensamento e do racionalismo, apresenta, ao nível da organização, elementos inequivocamente tomados à tradição medieval. E é esta tradição que produz o substrato para a estruturação da matriz de pensamento conservador surgida nos fins do século XVIII e que, em oposição à Revolução Francesa, defendia e buscava conservar a antiga ordem.

Uma recente contribuição para este debate é o importante livro de Margaret Jacob, intitulado *Living the Enlightenment*, onde a autora procura analisar o Iluminismo do século XVIII para além dos grandes filósofos e seus escritos, evidenciando a existência de dois Iluminismos: o intelectual e o popular<sup>12</sup>. Na busca das

ligações entre os dois “Iluminismos”, M. Jacob destaca que a sociedade civil moderna foi inventada durante a Ilustração nos novos “espaços de sociabilidade”, dos quais a Maçonaria era a mais reconhecidamente constitucional e agressivamente cívica.

Todavia, Jacob refuta os historiadores que apenas enfatizam os elementos democráticos da sociabilidade maçônica, ignorando que as lojas espelhavam a velha ordem e, ao mesmo tempo, estavam criando uma forma de sociedade civil que em última instância a substituiria. Embora todos os Irmãos fossem tratados como iguais, isso não invalida o papel que as lojas maçônicas desempenharam como locais de reafirmação de hierarquias, baseadas não no nascimento, mas em uma ideologia do mérito. Era central para a identidade maçônica a crença de que o mérito, e não o nascimento, constituía o fundamento para a ordem social e política. Nas lojas maçônicas, dois mundos se encontravam: o Antigo Regime e o mundo moderno emergente.

570

Investigar a natureza dos elementos constitutivos dessa dualidade é tarefa fundamental para a compreensão da complexa Maçonaria. Assim, a harmonia entre “luzes” e “sombras” diferenciava a sociabilidade maçônica. No interior das lojas, protegidos pelos véus do segredo, os maçons arquitetavam uma forma social própria, baseada nos princípios da igualdade, da liberdade civil e da fraternidade.

#### A CRUZ E O ESQUADRO: O CONFLITO ENTRE MAÇONARIA E IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

A partir de 1870, a sociedade brasileira conheceu profundas transformações. Esse período viu surgir uma elite intelectual que se propunha a “ilustrar” o país, a liberalizar de fato as instituições e que, portanto, acreditava no poder das idéias – da ciência – como o único mecanismo legítimo de transformação do país. Em síntese, buscava-se a colocação do país no “nível do século”<sup>13</sup>.

Repensar a identidade nacional, para esta geração de intelectuais, era um “esforço de universalização” e de conseqüente

negação do passado marcado pela herança ibérica, pelo escravismo, pelo colonial, pelo singular. Todavia, para realizar a tarefa de liberalizar de fato as instituições do período, a “Ilustração brasileira” encontrou na Igreja Católica, baluarte do conservadorismo, importante obstáculo.

Realizando um certo recorte, pode-se dizer que os debates que marcaram o período da “Ilustração brasileira” revelaram dois grandes interlocutores: a Maçonaria, normalmente identificada com o pensamento liberal, e a Igreja Católica, fortalecida pelo processo de romanização e identificada com o pensamento conservador. A despeito dos cuidados que devem ser guardados para evitar-se uma identificação simplista, a radicalização dos debates se mostrou crucial para a construção de uma identificação entre Maçonaria e Ilustração, a partir da rejeição tenaz dos maçons ao discurso conservador ultramontano defendido pela Igreja Católica.

Assim, é a partir da crença na universalidade da natureza humana e no racionalismo, pressupostos fundamentais do movimento ilustrado, que o discurso maçônico se estrutura. Ao se definir como uma escola de formação moral da humanidade, ensinando as virtudes cardeais – a liberdade de pensamento e a independência da razão –, a Maçonaria assumia o compromisso das “Luzes” de combater as “Trevas”, representadas pela ignorância, pela superstição e pela religião revelada<sup>14</sup>.

Durante os últimos anos do século XIX, a Maçonaria brasileira constituiu-se na principal e na mais bem estruturada organização, no que dizia respeito à necessidade de instituir uma sociedade mais secularizada. Pressionada, sobretudo pelos confrontos com a Igreja Católica, ela se transformou em palco de debates entre as diversas concepções sobre o propósito de sua atividade na sociedade brasileira, evidenciando seus limites e as suas especificidades enquanto organização.

De modo particular, a estrutura organizacional da Maçonaria em nosso país, neste período, apresentou duas fases bastante distintas. Na primeira, de 1863 a 1883, o poder central da Ordem

estava dividido em dois grupos: o Grande Oriente do Brasil da rua dos Beneditinos (Saldanha Marinho era sua principal liderança) e o Grande Oriente do Brasil da rua do Lavradio (liderado pelo Visconde do Rio Branco). Essa divisão, iniciada em 1863, sofreu um pequeno intervalo entre maio e setembro de 1872, devido à formação do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. Já a segunda fase, de 1883 a 1890, é marcada pela união oficial entre o Grande Oriente do Lavradio e o Grande Oriente dos Beneditinos, formando, novamente, o Grande Oriente do Brasil.

Apesar das cisões, nas últimas décadas do século XIX verificou-se inequivocamente uma grande expansão da sociabilidade maçônica por quase todo o território brasileiro. A Maçonaria chegou a possuir uma extensa rede de lojas instaladas nos mais diversos e distantes núcleos populacionais. Se, entre 1861-1865, funcionavam 180 lojas, este número cresceu para 244 no quinquênio 1886-1890<sup>15</sup>.

572 A eclosão da Questão Religiosa, em 1872, contribuiu sobremaneira para mobilizar toda a organização maçônica, que desencadeou, através do Parlamento e da imprensa, uma verdadeira luta contra os adversários da liberdade de pensamento, do racionalismo, da liberdade religiosa, enfim, do liberalismo.

Essa crise, que envolveu o Estado, a Igreja e a Maçonaria, mereceu uma série de interpretações. A maioria delas marcadas por uma visão extremamente apaixonada e apologética, tomando ora a defesa da Maçonaria, ora a da Igreja<sup>16</sup>.

Todavia, os estudos mais recentes procuram focar a crise sob dois aspectos. O primeiro aponta para a necessidade de entender a Questão Religiosa a partir das especificidades da realidade católica brasileira, atentando-se para o distanciamento entre o “catolicismo das consciências” e o “catolicismo institucional”. O segundo, de forma complementar ao primeiro, insere-a no contexto de transformações ocorridas na Igreja Católica no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Seguindo uma tendência internacional, a Igreja Católica brasileira iniciou um processo de

reorganização interna conhecido como romanização do clero católico. A romanização significou o fortalecimento da Igreja como instituição, iniciando um movimento de caça aos chamados “erros modernos”: o progresso, o racionalismo, o liberalismo, a liberdade religiosa<sup>17</sup>.

Exercendo, de forma paralela, a Grão-Mestria do Grande Oriente do Lavradio e a presidência do Conselho de Ministros, a posição do Visconde do Rio Branco no encaminhamento da Questão Religiosa evidencia-se através dos debates parlamentares, notadamente com Cândido Mendes de Almeida, seu principal interlocutor e opositor. A argumentação do Visconde tinha, como ponto de partida, a reafirmação da especificidade da Maçonaria brasileira diante de suas congêneres européias. Se as lojas maçônicas européias interferiam excessivamente nos aspectos ligados à religião e à política dos Estados, as lojas brasileiras se ocupavam precipuamente do aperfeiçoamento moral e intelectual do homem e de atos de beneficência<sup>18</sup>.

Esta postura de Rio Branco, que procurava acentuar a especificidade da Maçonaria brasileira, muito pouco contribuía para o avanço das propostas defendidas pela “Ilustração brasileira”, estruturada na separação entre Igreja e Estado, na liberdade de expressão e de pensamento. Para os maçons do Círculo do Lavradio, a Questão Religiosa se resumia no antagonismo entre a Maçonaria e Ultramontanismo, que interrompia a plena harmonia existente até aquela época entre as duas instituições.

Na realidade, ao se destacar o caráter apolítico e beneficente da Ordem Maçônica e a sua relação harmoniosa com o Estado e com a Igreja, procurava-se fortalecer as concepções regalistas que encontravam aprovação da maioria dos membros do Conselho de Estado e do Imperador.

O regalismo, que se estruturava a partir da noção de subordinação da Igreja ao Estado, entrava em choque com o pressuposto fundamental do pensamento liberal clássico, que era a liberdade de consciência. Para os liberais clássicos, a solução da crise só poderia ser alcançada pela separação entre Igreja e Estado.

Um dos principais expoentes do liberalismo clássico, no seio da comunidade maçônica foi Saldanha Marinho (1816-1895). Como jornalista do *Diário do Rio de Janeiro* e do *Jornal do Comércio*, publicou, sob o pseudônimo de “Ganganeli”, vários artigos em que, dentre os temas principais, se destaca a defesa da separação entre a Igreja e o Estado e da liberdade de consciência.

A Maçonaria, escrevia Saldanha Marinho, não podia permanecer indiferente aos interesses que contribuiriam para o “bem estar geral da humanidade”. Era seu programa disseminar a educação livre e racional, defender a secularização dos cemitérios, promover a instituição do casamento e do registro civil e a absoluta liberdade de culto. Tais reformas nada mais são do que “corolários da liberdade de consciência e da tolerância”<sup>19</sup>.

Por sua vez, a partir da segunda metade do século XIX, a Igreja Católica no Brasil, seguindo uma tendência internacional, iniciou um processo de reorganização interna, conhecido como romanização do clero católico.

574

O pontificado de Pio IX (1846-1878), consagrando a obra de seu antecessor Gregório XVI, potencializou ao máximo a luta entre o catolicismo e a sociedade moderna. A postura doutrinária da Santa Sé se consolidou através da encíclica *Quanta Cura* e do *Syllabus Errorum*, que a acompanha (1864). Esses documentos condenaram o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a Maçonaria, a separação entre a Igreja e o Estado, o liberalismo, o progresso e a civilização moderna. A incompatibilidade entre a Igreja e uma sociedade cada vez mais laicizada foi reforçada quando da aprovação, pelo Concílio do Vaticano (1870), do dogma da infalibilidade papal.

O embate entre Igreja e Maçonaria, nos anos 70 do século passado, é a expressão brasileira dessa grande luta travada pelo ultramontanismo contra as concepções liberais. Mas é preciso atentar para o fato de que as relações de confronto entre a Igreja e Maçonaria extrapolam a realidade nacional e remontam ao século XVIII.

A primeira condenação pontifícia da Maçonaria deveu-se a Clemente XII, na sua arta Apostólica *In Eminenti*, de setembro de 1738. O mesmo fez, alguns anos mais tarde, em 1751, Bento XIV com a constituição apostólica *Providas*. A partir de Clemente XII e Bento XIV, as condenações se sucederam ininterruptamente, tendo seu apogeu durante os papados de Pio IX e Leão XIII<sup>20</sup>.

É importante assinalar que essa série de condenações diretas e sistemáticas contribuiu para reforçar no imaginário coletivo – em especial entre os católicos – uma visão da Maçonaria identificada com o perigo e com a subversão. Noção esta que se fortalece pelo fato de ser a Maçonaria uma sociedade secreta, pois, como nos ensina G. Simmel, para a estrutura das ações sociais recíprocas entre os homens, o secreto (o que se esconde) é sempre a expressão sociológica da maldade moral<sup>21</sup>.

Quais foram, então, as bases da argumentação utilizada pela Igreja Católica na construção do mito da conspiração, identificado com a Maçonaria, e destinado a sustentar o seu projeto de redefinição interna e de luta contra as concepções liberais?

575

Para responder a esta questão, torna-se importante recorrer a Raoul Girardet e a suas interpretações sobre os sistemas mitológicos contemporâneos. Ele entende que o mito político exerce uma função explicativa que se desdobra em função mobilizadora, sobretudo nas conjunturas de crise – situações de vacuidade, de inquietação, de angústia ou de contestação. A mensagem a ser transmitida pelo mito político deve, para ter alguma possibilidade de eficácia, corresponder a um certo código já inscrito nas normas do imaginário. No que concerne ao mito da conspiração, uma questão a ser realçada é a que diz respeito ao caráter de organização. Assim, categorias como Segredo, Iniciação e Hierarquia revelam-se instrumentos necessários para o êxito de um grande empreendimento, que sempre será associado ao tema da subversão maléfica, da dominação. “O homem do complô desabrocha na fetidez obscura; confundido com os animais imundos, rasteja e se insinua; viscoso ou tentacular, espalha o veneno e a infecção...”<sup>22</sup>.

Como aponta G. Simmel, o secreto produz, neste tipo de associação, um efeito isolador, individualizador. Este caráter isolacionista da sociedade secreta lhe confere certa autonomia, permitindo a representação do homem do complô como o homem da sombra, o não-conhecível, o estrangeiro, o inimigo<sup>23</sup>.

Para a análise do Brasil conflituoso do final do século passado, a adoção deste enfoque, que enfatiza que o sistema mitológico possui uma dimensão mobilizadora, possibilita uma análise mais rica das nuances do debate entre Maçonaria e Igreja Católica.

O primeiro ponto a ser levantado é a clara definição de que a Maçonaria, na sua origem, é uma inimiga em potencial da Igreja, visto que ela descende da Ordem dos Templários e atua sob a proteção do protestantismo. Logo, toda Maçonaria é inimiga e não há hipótese de especificidades nacionais. O pecado é original e mortal ao mesmo tempo.

Raoul Girardet defende que, ao mesmo tempo em que se desenvolve o processo de demonização do homem do complô, o anátema de que ele é objeto aparece cada vez mais como uma réplica ou como um eco dos velhos processos de feitiçaria. Com seus rituais clandestinos, seu cerimonial iniciático, suas hierarquias submetidas à mais rigorosa das disciplinas, a seita conspiradora aparece como aquela Contra-Igreja, consagrada ao exclusivo serviço do mal, que os antigos tratados de demologia denunciam<sup>24</sup>.

O segundo ponto a ser destacado, que fica patente nesta narrativa mítica da conspiração, é o fato de que ela se constitui no principal instrumento do pensamento conservador na sua luta contra os princípios liberais.

É porém a maçonaria quem se denuncia, mandando por seus membros, nos parlamentos, criação sua, introduzir na legislação princípios reformadores; mandando despertar no espírito do povo a idéia de revolta contra a autoridade legítima, persuadindo-o de que para serem livres, iguais e irmãos devem fazer desaparecer da Terra o princípio da autoridade que escraviza: na imprensa e até na tribuna sagrada, proclamando uma religião nova que baseiam só no amor de Deus, na prática do bem pelo bem, na

tolerância absoluta religiosa, no casamento civil etc.(...) Todos estes princípios em parte já adotados pela sociedade a esforços da maçonaria aí estão perniciosamente atuando contra a sociedade e fazendo-lhe um mal imenso”<sup>25</sup>.

Associando os maçons com os “ricos e pequenos burgueses sem religião”, “homens entregues ao prazer”, “ateus”, “espíritos falsos”, o discurso católico-conservador mobilizava os fiéis contra as forças secretas reunidas na “sinagoga do Satã”.

Os católicos sinceros, não deixaremos de lembrar, têm obrigação de reunirem-se para combater o inimigo que se levanta audaz, apesar de estar fora da lei, ameaçando esmagarnos. (...) Não se trata de interesses individuais, trata-se de salvar a sociedade, a nossa pátria e a nossa fé<sup>26</sup>.

Como afirmou, em 1873, D. Macedo Costa, Bispo de Belém do Pará, em sua instrução pastoral dirigida aos católicos, a Maçonaria deveria ser condenada em três aspectos: sob o ponto de vista moral, por ser intrinsecamente má, em decorrência do seu caráter secreto; sob o ponto de vista religioso, por ser o anti-cristianismo organizado defensor da escola laica, do casamento civil e da secularização dos cemitérios; e, sob o ponto de vista social, por ser um poderoso instrumento de desorganização social, “escola preparatória” de revoluções<sup>27</sup>.

Sem sombra de dúvida, a desqualificação da organização maçônica através do mito da conspiração política proporcionou uma certa homogeneidade ao discurso católico ultramontano. Para os católicos, os maçons são todos iguais, inimigos dos tronos e dos altares, não sendo possível a existência de especificidades nacionais. A Maçonaria é una e universal. A essa homogeneidade do discurso católico, o que se constatou foi a existência de um discurso maçônico dividido em duas vertentes, com variações na aproximação com as idéias ilustradas. Se Saldanha Marinho representava uma vertente do discurso maçônico mais próxima do liberalismo clássico, ao assumir a necessidade da separação Igreja e Estado, Rio Branco representava aquela vertente que, sem aban-

donar as idéias liberais, estava fortemente identificada com o regalismo. Assim, a identificação dos maçons brasileiros com a elite ilustrada do final do século XIX não deve ser percebida de forma unívoca. Todavia, cabe ressaltar que a eclosão da Questão Religiosa e a radicalização dos debates entre Igreja e Maçonaria tiveram um papel essencial, pois sustentaram, mesmo que em negativo, a identificação entre Maçonaria e Ilustração.

## NOTAS

- <sup>1</sup> RÉMOND, R. "Uma história presente". In (org.). *Por uma história política*. pp. 441-450.
- <sup>2</sup> GOMES, Angela de Castro. "Política: história, ciência, cultura etc". In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17, 1996, pp. 59-84.
- <sup>3</sup> AGULHON, M. *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence*. Paris, In FAYARD, 1984.
- <sup>4</sup> SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In RÉMOND, R. *op. cit.*, p. 231-269.
- <sup>5</sup> *Idem*. p. 253.
- <sup>6</sup> Entre os estudos acadêmicos que tratam da Maçonaria, podemos destacar: BANDECCHI, Brasil. *A Maçonaria, a bucha e o espírito liberal*. 3ª ed. São Paulo, Parma, 1982; BARRETO, Célia de Barros. "A Ação das Sociedades Secretas". In: HOLANDA, S. B. (org.). *História geral da civilização brasileira*. 6ª ed. São Paulo, Difel, 1985; VIEIRA, David G. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa*. Brasília, Ed.UnB, 1980. Encontramos também algumas referências nas obras de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Emília Viotti da Costa e José Honório Rodrigues. Mais recentemente temos a importante contribuição de AZEVEDO, Célia M. M. "Maçonaria: história e historiografia". In *Revista USP*, n. 32, dez-jan-fev 1996-97.
- <sup>7</sup> YATES, F. A. *O iluminismo rosa-cruz*. São Paulo, Cultrix-Pensamento, 1983, p.266.
- <sup>8</sup> FALCON, F. J. C. *A época pombalina*. São Paulo, Ática, 1982, p. 110.
- <sup>9</sup> AGULHON, M. *op.cit.*, pp.165-211.
- <sup>10</sup> KOSELLECK, R. *Le règne de la critique*. Paris, Minuit, 1979, p. 57.
- <sup>11</sup> KOSELLECK, R. *op.cit.*, p. 81.
- <sup>12</sup> JACOB, M. *Living the Enlightenment*. New York, Oxford, 1991.
- <sup>13</sup> BARROS, Roque S. M. *A Ilustração brasileira e a idéia de Universidade*. São Paulo, Convívio/EDUSP, 1986, p. 13.
- <sup>14</sup> STAROBINSKI, Jean. *1789: os emblemas da razão*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- <sup>15</sup> BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1910)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 1992.

- <sup>16</sup> Ver entre outros: PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. Recife: Massangana, 1982; FAGUNDES, Morivalde C. *A Maçonaria e as forças secretas da revolução*. Rio de Janeiro, Aurora, s/d; VILLAÇA, A. Carlos. *História da Questão Religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1974.
- <sup>17</sup> Ver: MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro, B. Brasil, 1988; FRAGOSO, Hugo. "A Igreja na formação do Estado liberal". In BEOZZO, J. Oscar (org.). *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Paulinas-Vozes, 1985. t.II, vol.2; BARROS, Roque S. M. "A Questão Religiosa". In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1985. t. II, vol.4; VIEIRA, David G. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília, Ed.UnB, 1980.
- <sup>18</sup> Ver: *Defesa da Maçonaria no Parlamento Brasileiro pelos Srs. Visconde do Rio Branco e Alencar Araripe*. Ouro Preto, Typ. do Echo de Minas, 1873.
- <sup>19</sup> Ver: *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselbo do Brasil*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 4-6, p. 251, abr-jun/1873.
- <sup>20</sup> BENIMELI, José A. F. *A Maçonaria e a Igreja Católica*. São Paulo, Paulinas, 1983, p. 26.
- <sup>21</sup> SIMMEL, G. "El secreto y la sociedad secreta". In: *Sociologia*. Madrid, Alianza Editorial, 1986, p. 379.
- <sup>22</sup> GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p.17.
- <sup>23</sup> SIMMEL, G. *op.cit.*, p. 397.
- <sup>24</sup> GIRARDET, R. *op.cit.*, pp. 47-8.
- <sup>25</sup> Ver: *O Apóstolo*. Rio de Janeiro, 28/04/1872, p. 2.
- <sup>26</sup> Ver: *O Apóstolo*. Rio de Janeiro, 28/05/1872, p.1.
- <sup>27</sup> COSTA, Antônio Macedo. *A Maçonaria em oposição à moral, à Igreja e ao Estado*. Recife, Typ. Universal, 1873.